

ATA NÚMERO 80/XIII (2.ª)

A 23 de maio de 2017, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto, na Sala 2 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Audiência à GDA, Gestão dos Direitos dos Artistas (GDA), sobre a necessidade de uma solução legislativa para análise da situação dos artistas que cederam a exploração do seu direito de colocação à disposição do respetivo produtor fonográfico e/ou audiovisual a troco do pagamento de uma quantia única na assinatura do contrato de gravação.
2. Audição dos subscritores da [petição n.º 281/XIII \(2.ª\)](#) - Solicitam a adoção de medidas com vista à defesa da calçada portuguesa:

Deputado Relator: Pedro Delgado Alves (PS)

3. Informações;
4. Apreciação e votação da ata da reunião anterior;
5. Fixação da redação final dos seguintes projetos de resolução:
 - [Projeto de resolução n.º 774/XIII \(2.ª\)](#) — Recomenda ao Governo que promova e valorize a atividade física e desportiva através da criação do estatuto do estudante-desportista;
 - [Projeto de resolução n.º 799/XIII \(2.ª\)](#) - Recomenda ao Governo a criação do estatuto de estudante-desportista, garantindo direitos sociais e académicos e valorizando a prática desportiva;
6. Admissibilidade e distribuição da nota de admissibilidade da [petição n.º 314/XIII \(2.ª\)](#), de Estêvão Domingos de Sá Sequeira, solicitando a criação de legislação de forma a salvaguardar bens que representem a identidade cultural portuguesa:
 - Relator(a): a indicar pelo PS

1. Audiência à GDA (Gestão dos Direitos dos Artistas)

Dando início à audiência, a Senhora Presidente da Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto deu as boas vindas aos representantes da GDA (Cooperativa de Gestão dos Direitos dos Artistas, Intérpretes ou Executantes, CRL), Luís Sampaio, Vice-Presidente, Pedro Oliveira, Diretor-Geral, e Eduardo Simões, diretor jurídico, explicou a metodologia dos trabalhos e a grelha de tempos a utilizar, dando-lhes de seguida a palavra para uma intervenção inicial.

Eduardo Simões começou por referir que o problema que os levou a pedir a audiência à 12.ª Comissão arrasta-se há muito tempo. A grande maioria dos artistas cedeu a exploração do seu direito de colocação à disposição ao respetivo produtor fonográfico e/ou de audiovisual a troco do pagamento de uma quantia única na assinatura do contrato de gravação, nos casos em se verificou pagamento porque em muitos outros os direitos foram simplesmente cedidos como condição para a assinatura do respetivo contrato com um produtor ou, no caso de artistas com maior notoriedade, mediante o pagamento de *royalties*, por vezes muito baixos.

Lembrou que o regime legal anterior foi revogado com as alterações introduzidas ao Código do Direito de Autor e Direitos Conexos. A Lei n.º 32/2015, de 24 de abril, a pretexto da transposição da Diretiva Europeia sobre Obras Órfãs, fez tábua rasa do anterior direito a uma remuneração suplementar para os artistas sujeito a gestão coletiva obrigatória, sem que o mesmo tenha sido substituído por qualquer outro regime suscetível de assegurar a justa remuneração dos artistas no ambiente digital.

A estes problemas acrescem outros relativos às próprias contas dos artistas. Tem havido um avolumar de queixas quanto à forma como as contas são prestadas, registando-se variações inexplicáveis e um falhanço da eficácia das normas que era suposto protegerem os artistas.

Concluiu afirmando que a GDA defende a reintrodução do direito a remuneração equitativa a ser paga pelas plataformas e sujeita a uma gestão coletiva obrigatória e que não colida com as relações contratuais que artistas e atores têm com os respetivos produtores, anteriormente consagrada no Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos (artigo 178.º, n.º 4).

A Senhora Deputada Susana Lamas (PSD) reportou-se à complexidade da questão em análise, defendendo a necessidade de se proceder a uma cuidada reflexão não só a nível nacional como também internacional, sendo, a este respeito, os contributos dados pela GDA muito importantes para conhecer os caminhos a seguir. Permitindo as novas tecnologias ter acesso a mais informação, há que encontrar soluções para proteger todos aqueles que nos permitem aceder a todo esse conhecimento.

A Senhora Deputada Carla Sousa (PS) frisou que a transposição da diretiva em causa resultou das «pressões» negociais feitas pelas plataformas e distribuidores e que o Grupo Parlamentar do PS defende a reposição do direito de uma remuneração equitativa a ser paga pelas plataformas e sujeita a uma gestão coletiva obrigatória e que não colida com as relações contratuais que artistas e atores têm com os respetivos produtores, anteriormente consagrada no Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos

O Estado português está atento às discussões e negociações que estão a decorrer na União Europeia relativamente a esta questão, sabe que os artistas já tentaram apurar junto das empresas distribuidoras se havia a possibilidade de existir um pagamento por *streaming*, mas que não tiveram muito sucesso. Quanto à questão da opacidade das contas, perguntou se existe alguma forma de o Estado português assegurar uma maior transparência.

O Senhor Deputado Jorge Campos (BE) disse acompanhar as preocupações da GDA, que muitas das normas da União Europeia transportas para o nosso ordenamento jurídico não se adequam à nossa realidade, o que cria alguma confusão e dá origem a um manifesto prejuízo para aqueles que são os seus principais protagonistas. Sublinhou o facto de os

artistas receberem quantias irrisórias, apropriando-se os produtores daquilo que é o trabalho artístico, tendo, portanto, inteira pertinência voltar a consagrar as garantias anteriormente existentes.

A Senhora Deputada Diana Ferreira (PCP) mencionou que o seu Grupo Parlamentar já tinha apresentado diversas propostas no âmbito dos direitos de autor e direitos conexos e do regime jurídico de partilha de dados informáticos, tornando-se de facto necessário repor o direito de remuneração equitativa a ser paga pelas plataformas e sujeita a uma gestão coletiva obrigatória e que não colida com as relações contratuais que artistas e atores têm com os respetivos produtores anteriormente consagrada no Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos.

A Senhora Deputada Vânia Dias da Silva (CDS-PP) disse conhecer bem as preocupações da GDA e que os seus contributos são sempre muito importantes. Sublinhou que os problemas existentes só podem ser resolvidos se for encontrada uma solução articulada e concertada à escala global. Os direitos de autor têm de ser devidamente remunerados, tornando-se necessário haver uma intervenção legislativa nessa matéria.

No final, os representantes da GDA responderam a todas as questões colocadas, reiterando os seus agradecimentos às intervenções proferidas por todos os Deputados.

A gravação da audiência encontra-se disponível na [página internet da Comissão](#).

2. Audição dos subscritores da [petição n.º 281/XIII \(2.ª\)](#) - Solicitam a adoção de medidas com vista à defesa da calçada portuguesa

Dando início à audição, a Senhora Presidente da Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto deu a palavra aos representantes dos peticionários, Miguel de Sepúlveda Velloso, Pedro Formozinho Sanches e Rui Sousa Lopes, explicou a metodologia dos trabalhos e a grelha de tempos a utilizar, dando-lhes de seguida a palavra.

Na sua intervenção inicial o peticionário Rui Sousa Lopes realçou o carácter distintivo da calçada portuguesa como fator diferenciador da identidade de Portugal e que a distingue de todas as outras, defendendo os peticionários a proteção imediata da calçada branca e artística em zonas históricas e novas, sem prejuízo da introdução de materiais que possam melhorar a sua aderência e conforto, sobretudo em zonas íngremes. A este respeito, frisou que a maior parte dos problemas associados à calçada portuguesa, designadamente o seu piso escorregadio e as dificuldades de locomoção das pessoas com mobilidade reduzida, resultante não das características deste tipo de piso mas, sim, da sua má colocação ou falta de manutenção. E sendo a calçada portuguesa branca e artística um património único, os peticionários solicitam a sua promoção a Património Mundial para que as gerações vindouras dela possam usufruir.

Terminou a sua intervenção lembrando que a calçada portuguesa contribuiu para a luminosidade das cidades portuguesas, para a impermeabilização dos solos e um melhor escoamento das águas.

A Senhora Deputada Helga Correia (PSD) destacou a importância da calçada portuguesa, do legado histórico deixado pelos nossos antepassados e que deve ser preservado, tendo questionado os peticionários sobre as medidas a adotar em relação à sua manutenção e segurança e para não deixar que ela seja substituída por placas.

A Senhora Deputada Diana Ferreira (PCP) disse que o Grupo Parlamentar do PCP acompanha os peticionários naquilo que diz respeito à valorização da calçada portuguesa como património histórico do País e aos problemas de mobilidade existentes. Quanto à manutenção da calçada portuguesa, o Grupo Parlamentar do PCP defende que, atendendo ao cada vez menos número de calceteiros, torna-se necessário fazer uma aposta na formação de trabalhadores especializados.

O Senhor Deputado Pedro Delgado Alves (PS) salientou que se é incontornável e inegável que a calçada portuguesa é uma marca patrimonial das cidades portuguesas e de todas aquelas que foram construídas pelo mundo fora, também é verdade que a mesma coloca alguns problemas de acessibilidades e mobilidade, sobretudo em Lisboa, que tem uma orografia muito acentuada do seu centro histórico, o que coloca algumas dificuldades às pessoas com mobilidade reduzida e à população mais envelhecida. Disse defender também a criação de vários níveis de proteção e classificação da calçada que permitam agilizar a forma como se intervém na mesma, conferindo a algumas zonas um grau de proteção máximo, e a necessidade de investir na formação de técnicos que sejam capazes de manusear e trabalhar com este tipo de material para que uma reparação não seja encarada como uma obra de construção civil.

O Senhor Deputado Jorge Campos (BE) sublinhou o carácter identitário da calçada portuguesa e o que ela representa para o património nacional do País. Existindo diferentes tipos de calçada, perguntou se toda ela devia ser preservada ou se apenas aquela cuja simbologia e carácter confere uma especial identidade aos lugares. Constituindo a calçada portuguesa uma reserva histórica que não se esgota apenas nas cidades portuguesas mas também nos países por onde os portugueses passaram, importa tomar as medidas adequadas para a preservar, apostando na necessária formação de calceteiros.

A Senhora Deputada Vânia Dias da Silva (CDS-PP) disse apoiar a pretensão dos peticionários, existindo uma necessidade óbvia de conjugar a modernidade, o conforto, a mobilidade e a segurança com a preservação do património histórico e cultural em todas as cidades do País. Perguntou também se a classificação existente para os diferentes tipos de calçada portuguesa devia ou não ser revista, lembrando, por fim, a necessidade de apostar numa escola de calceteiros, pretensão defendida já há muitos anos pelo ex-Presidente da Câmara de Lisboa Nuno Abecassis.

Os peticionários responderam no final às perguntas dos Senhores Deputados, tendo de seguida a Senhora Presidente dado por encerrada a reunião.

A reunião foi gravada em suporte áudio, encontrando-se o respetivo registo, parte integrante da presente ata, disponível na [página Internet](#).

3. Informações

3.1 A Senhora Presidente deu conta da baixa à Comissão do **projeto de resolução n.º 830/XIII (2.ª)** (BE) - Reverte a concessão das pousadas da juventude a privados -, tendo o Senhor Deputado Jorge Campos (BE) informado que a sua discussão seria feita em Comissão.

3.2 Informou também da baixa à Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto do **projeto de resolução n.º 874/XIII (2.ª)** (PS) — Recomenda ao Governo a promoção de soluções de financiamento para o Museu Nacional Ferroviário na cidade do Entroncamento —, e do **projeto de resolução n.º 877/XIII (2.ª)** (PS) — Pela criação de um

Museu Nacional da Emigração -, tendo o Grupo Parlamentar do PS informado que a discussão do primeiro seria feita em Comissão e do segundo em Plenário.

Antes de passar ao ponto seguinte, o Senhor Deputado Pedro Pimpão (PSD) solicitou a palavra para informar que a discussão do **projeto de resolução n.º 837/XIII (2.ª)** (PSD) – Recomenda ao Governo a realização de ações de proteção, valorização, divulgação e promoção do Caminho ("Central") Português de Santiago – seria feita em Plenário.

3.4 Informou ainda a Senhora Presidente da baixa à Comissão, para apreciação na especialidade, do **projeto de lei n.º 507/XIII (2.ª)** (PSD) — Defesa da transparência e da integridade nas competições —, tendo perguntado aos Grupos Parlamentares qual a metodologia que pretendiam seguir.

Usaram da palavra os Senhores Deputados Pedro Pimpão (PSD) e António Cardoso (PS), tendo ficado consensualizado apreciar essa matéria no seio do Grupo de Trabalho do Desporto e pedir, da forma mais célere possível, contributos escritos às entidades ligadas ao sector, solicitando a Senhora Presidente que, para esse efeito, os Grupos Parlamentares entregassem as suas propostas até ao final da semana.

3.5 No âmbito deste ponto, a Senhora Presidente deu conhecimento que tinha sido já confirmada a audição regimental+audição por requerimento do Grupo Parlamentar do PCP do Senhor Ministro da Cultura, a efetuar no dia 6 de junho de 2017.

3.7 Por último, lembrou a visita da Comissão à Fundação Calouste Gulbenkian (Exposição «José de Almada Negreiros: uma maneira de ser moderno»), a ter lugar no dia seguinte, 24 de maio, às 10 horas.

4. Apreciação e votação da ata da reunião anterior

A ata da reunião de 16 de maio de 2017 foi aprovada por unanimidade pelos Grupos Parlamentares do PSD, PS, BE e CDS-PP, tendo-se registado a ausência do Grupo Parlamentar do PCP.

5. Fixação da redação final dos **projetos de resolução n.ºs 774/XIII (2.ª) — Recomenda ao Governo que promova e valorize a atividade física e desportiva através da criação do estatuto do estudante-desportista – e **799/XIII (2.ª)** - Recomenda ao Governo a criação do estatuto de estudante-desportista, garantindo direitos sociais e académicos e valorizando a prática desportiva**

A pedido do Grupo Parlamentar do PS, a apreciação deste ponto ficou adiada para a próxima reunião da Comissão.

6. Admissibilidade e distribuição da nota de admissibilidade da petição n.º 314/XIII (2.ª), de Estêvão Domingos de Sá Sequeira, solicitando a criação de legislação de forma a salvaguardar bens que representem a identidade cultural portuguesa

A Senhora Presidente submeteu à apreciação a nota de admissibilidade, que foi indeferida por unanimidade, tendo-se registado a ausência do Grupo Parlamentar do PCP, tendo ficado consensualizado que ela deveria ser tratada como expediente.

7. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE para a audição, com caráter de urgência, da direção demissionária do

Instituto do Cinema e do Audiovisual (ICA), Filomena Serras Pereira e Ana Costa Dias

Entrando na apreciação deste ponto da OD, usou da palavra o Senhor Deputado Jorge Campos (BE) referindo que o panorama existente na área do cinema/audiovisual é extremamente conturbado e que a partir do momento em que as duas responsáveis pela direção de um organismo tão importante apresentam a sua demissão importa conhecer quer as razões porque o fizeram quer a situação em que se encontra o Instituto.

De seguida, a Senhora Presidente submeteu à votação o requerimento apresentado, que foi aprovado por unanimidade, tendo-se registado a ausência do Grupo Parlamentar do PCP.

8. Outros assuntos

Por último, a Senhora Presidente informou que a próxima reunião da Comissão teria lugar no dia 6 de junho, às 10 horas.

Palácio de São Bento, 23 de maio de 2017

A PRESIDENTE DA COMISSÃO,

(EDITE ESTRELA)

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

António Cardoso
Carla Sousa
Cristóvão Simão Ribeiro
Diana Ferreira
Edite Estrela
Helga Correia
Ivan Gonçalves
João Azevedo Castro
Joel Sá
Jorge Campos
Norberto Patinho
Pedro Delgado Alves
Pedro do Ó Ramos
Pedro Pimpão
Sara Madruga da Costa
Susana Lamas
Maria Augusta Santos
Vânia Dias da Silva

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Diogo Leão
Firmino Pereira
Joana Barata Lopes
João Torres
Luís Monteiro
Teresa Caeiro

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

João Pinho de Almeida



Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto
